



Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto
Direção Regional da Educação e Administração Educativa
Escola Básica e Secundária de Santa Maria

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO
DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

Vila do Porto, abril de 2026

INTRODUÇÃO

Considerando o estabelecido no Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), a Escola Básica e Secundária de Santa Maria procedeu à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), datado de janeiro de 2024.

O presente relatório de execução anual pretende avaliar a implementação do PPRCIC em cada uma das principais atividades identificadas entre o período de abril de 2025 a abril de 2026.

O Conselho Executivo elaborou o presente relatório sobre a execução do PPRCIC.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A avaliação realizada teve como objetivo concluir sobre a existência, ou não, de evidências das medidas preventivas indicadas no PPRCIC.

Com o intuito de elaborar o presente relatório de execução, para as principais áreas de intervenção identificadas no PPRCIC, foi avaliado o grau de implementação das medidas preventivas previstas, nos seguintes termos:

☺ Implementada – Foi possível identificar/obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontra implementada;

+/- Parcialmente implementada – Não foi possível identificar/ obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontre totalmente implementada;

☹ Não implementada – Não foi possível identificar/ obter evidência da medida preventiva indicada no PPRCIC;

N/D Não Determinado – Não foi possível, à data do presente relatório, avaliar o grau de implementação da medida preventiva.

ANÁLISE à EXECUÇÃO DO PLANO

Área	Principais atividades	Riscos potenciais de correções e de infrações conexas	Classificação de risco	Medidas preventivas	Execução do PPRCIC
Pessoal	Atendimento	Violação dos princípios gerais da atividade administrativa; Parcialidade; falta de isenção; Tratamento diferenciado	Fraco	Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa; Disponibilização a todos os funcionários do código de procedimento administrativo	😊
	Recrutamento por procedimento concursal: - Pessoal não docente - Pessoal docente	Favorecimento de candidato; Abuso de poder; Intervenção no processo em situação de impedimento; Corrupção passiva para ato ilícito; Tráfico de Influência	Fraco	Cumprimento na íntegra das disposições constantes dos diplomas legais aplicáveis e dos regulamentos para celebração de contratos de trabalho, tanto do pessoal docente, como do pessoal não docente, e tendo em conta as regras de transparência constitucionalmente consagrada; Nomeação de júris diferenciados para concursos (PND); Verificação de impedimentos	😊
	Procedimento preparatório para participação da ADSE	Sonegação de documentos que possam levar ao não pagamento de quantias devidas	Fraco	Verificação, num período aleatório, de todo o processo; rotatividade de funções	😊
	Análise da assiduidade: justificação de faltas, licenças sem vencimento, férias e listas de antiguidade	Considerar uma falta como justificada / injustificada indevidamente; Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos para autorização da licença; Atribuição de dias de férias em número superior ao que o funcionário tem direito; Favorecimento do trabalhador; Tráfico de influência; abuso de poder, corrupção passiva para ato ilícito; Peculato	Fraco	Mecanismo de controlo, a vários níveis; segregação de funções; estabelecer diferentes níveis de avaliação e decisão	😊

Exercício de atividade em acumulação de funções	Incompatibilidade; Acumulação de funções sem prévia autorização	Fraco	Ampla divulgação do regime de acumulações	☺
Deslocação em serviço público	Deslocação em serviço público sem prévia autorização	Fraco	Implementação de medidas de prevenção de corrupção e infrações conexas, designadamente segregação de funções e rotatividade	☺
Mobilidade	Favorecimento dos candidatos; Abuso de poder; Corrupção passiva para ato ilícito; Tráfego de influência; Intervenção em processo em situação de impedimento	Fraco	Maior divulgação das regras existentes	☺
Atribuição de horas extraordinárias	Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos; Corrupção passiva para ato ilícito; Concussão	Fraco	Estabelecer diferentes níveis de avaliação e decisão	☺
Avaliação de desempenho	Favorecimento / Não favorecimento do trabalho; Tráfego de influência; abuso de poder	Fraco	Sensibilização de todos os trabalhadores da Unidade Orgânica, relativamente ao processo de avaliação	☺
Processos individuais	Favorecimento / Não favorecimento do trabalho; Tráfego de influência; Abuso de poder	Fraco	Reforço das medidas de prevenção, nomeadamente verificação aleatória e mensal dos processos, segregação de funções e rotatividade	+/-
Processos técnicos	Favorecimento/Não favorecimento do trabalho; Tráfego de influência; Abuso de poder	Fraco	Mecanismos de controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão para elaboração e implementação de normas técnicas para uniformização de procedimentos	☺

	Processos de aposentação	Favorecimento/Não Favorecimento do trabalho; Tráfego de influência; Abuso de poder	Fraco	Mecanismos de controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão	😊
	Certificação de tempo de serviço	Favorecimento/Não Favorecimento do trabalho; Tráfego de influência; Abuso de poder	Fraco	Maior divulgação das regras existentes	😊
Alunos	Processos de equivalência de habilitações	Falsificação ou contrafação de documento; Corrupção passiva para ato ilícito; Abuso de poder	Fraco	Previsão de regras sobre o processo de emissão de declarações e certidões, incluindo a verificação aleatória das declarações	+/-
	Emissão de Declarações ou Certidões	Falsificação de declarações ou certidões por funcionário (conteúdo falso ou alterado) a pedido ou em troca de bens; Falsificação ou contrafação de documento	Fraco	Previsão de regras sobre o processo de emissão de declarações/certidões; Promoção de verificações aleatórias, por amostragem, a um mínimo de certidões emitidas em cada ano letivo	+/-
Financieira	Elaboração e execução do orçamento e do Plano Anual de Atividades	Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis Realização e pagamentos antes da respetiva despesa ter sido autorizada;	Fraco	Informação integrada dos procedimentos das normas de controlo interno;	+/-
	Processamento/liquidação pagamento de despesas	Pagamento de despesas em duplicado; Falta de imparcialidade; Favorecimento de credores; desvio de dinheiro, lapsos; Pagamentos indevidos de encargos	Fraco	Controlo, prévio ao pagamento, dos requisitos dos documentos de despesa apresentados; Maior responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras; Conferencia periódica	😊

	Assunção despesa	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental	Fraco	Sensibilização para as normas de controlo interno	☺
	Existências	Furtos; Ofertas não autorizadas; Peculato; Peculato de uso	Fraco	Revisão de procedimentos, visando o reforço de medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (segregação e rotação de funções); Conferências físicas periódicas; Promover verificações, num período aleatório, no sentido de verificar o cumprimento dos procedimentos e regras específicas	☺
Tesouraria	Conferência de valores	Entrega de valores não coincidentes com somatório de recibos; Corrupção passiva para ato ilícito; Peculato; Peculato de uso; Abuso de poder	Fraco	Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas/ recibos dos <i>Kiosks</i> , pelo responsável da Tesouraria	☺
	Processamento de vencimentos, descontos e abonos de pessoal	Lançamentos e pagamentos indevidos; Pagamentos fora de prazo	Fraco	Conferência periódica do cumprimento da legalidade	☺

Contratação Pública					
Verificação de material aquando da sua receção	Desvio ou não fiscalização da quantidade e qualidade de mercadorias e géneros alimentares; Retenção de material para uso próprio do trabalhador; Entrega, pelos fornecedores, de quantidades de material inferiores às contratadas; Abuso de poder; Corrupção passiva para ato ilícito; Tráfico de Influência	Fraco	Promoção de ações de fiscalização por ano; conferência do cumprimento das normas de controlo interno que estabelece o modo de proceder na receção de bens e serviços bem como a aplicação dos deméritos em caso de existência de incumprimentos no fornecimento ou defeitos na instalação ou execução; Conferências físicas periódicas	+/-	
Planeamento da Contratação	A inexistência, ou existências deficientes, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades pode implicar um risco de tráfego de influências e de favorecimento; O tratamento deficiente das estimativas de custos poderá potenciar a existência de corrupção por ato lícito ou ilícito; A inexistência, ou existência deficiente de estudos adequados poderá ocasionar tráfego de influências e favorecimento	Fraco	Implementação de um sistema estruturado de avaliação de necessidades	+/-	
Recrutamento/ Contrato por tempo indeterminado	Favorecimento do candidato; Abuso de poder; Tráfico de influência; Intervenção em processo em situação de impedimento	Moderado	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso	😊	
Contratos públicos / Ajuste direto	Favorecimento; Violação dos princípios gerais de contratação; Abuso de poder	Moderado	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso	😊	

Patrimônio					
Abates	Abate de bens que continuam no ativo; Abates sem autorização; Abates sem autorização do órgão competente; Utilização indevida, para fins privados, de bens abatidos documentalmente no período até à sua eliminação física	Fraco	Normas de controle interno	+/-	
Transferências de bens	Movimentações sem autorização do órgão competente; Desaparecimento do bem; Peculato; Abuso de poder	Fraco	Cumprimento das normas existentes; Revisão dos procedimentos, Conferências físicas periódicas de verificação de localização e estado dos bens; Promover verificações, num período aleatório, no sentido de verificar o cumprimento dos procedimentos	+/-	
Cedências	Cedências sem autorização do órgão competente; Desaparecimento do bem; Peculato; Peculato de uso Abuso de poder	Fraco		+/-	

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

De acordo com a avaliação efetuada, conclui-se que, globalmente, As atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária de Santa Maria encontram-se, de uma forma geral, acauteladas por mecanismos de controlo interno e de redundância. Podendo concluir-se que as medidas propostas e os mecanismos de controlo existentes para a prevenção da ocorrência de situações de risco e corrupção, que constam no PPRCIC aprovado, se revelam adequadas e eficazes, já que não foram detetados quaisquer indícios de corrupção nem qualquer infração conexa.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria mantém, gradual e sequencialmente, a implementação das ações mencionadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, assente no respeito pela legislação em vigor, com vista à mitigação dos riscos de corrupção e infrações conexas.

Vila do Porto, 30 de abril de 2026

A Presidente do Conselho Executivo



(Carla Roque)